

RESENHAS

PENNA, Maura, *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992. 180 p.

Ana Lúcia Hazin

Trata-se de obra com enfoque multidisciplinar, de grande peso para a compreensão do problema da identidade regional e até nacional, no momento em que, no Brasil tomam corpo as idéias separatistas e, no mundo, se desenha um novo mapa.

Maura Penna começa por identificar a complexidade da problemática por se realizar no processo de interação social e envolver aspectos psicológicos, cognitivos e sociais.

A identidade social foi tomada como um instrumental para entender uma realidade concreta: a do nordestino. Quem é o nordestino? O que faz ser nordestino?

A autora inicia o seu trabalho, analisando, no cap.I, a construção coletiva do Nordeste como região. A delimitação dos espaços regionais que se tem hoje foi sendo realizada e modificada ao longo da história, segundo um jogo de relações envolvendo o espaço/o Estado/o capital, embora a referência última continuasse a ser o Estado-nação.

No caso específico do Nordeste, o regionalismo se traduziu em um discurso caracterizado por uma certa homogeneização em torno das idéias de crise e desequilíbrios, surgindo dois outros elementos fundamentais do discurso regionalista: a oposição ao Sul, enquanto "espaço-obstáculo", e ao Estado, interlocutor ao qual são dirigidas as reivindicações. É um discurso constantemente reelaborado, incorporando novos elementos e conteúdos, de acordo com as modificações que se operam em todos os níveis da vida social.

No capítulo seguinte, a autora formula algumas hipóteses para responder à questão o que faz ser nordestino, tomando como base: a) a naturalidade - que se baseia na organização político-administrativa oficial; b) a vivência - a experiência de vida dentro das fronteiras da região é que faz ser nordestino; c) a cultura - as práticas culturais indicam a identidade nordestina; d) a auto-atribuição: o indivíduo é nordestino se se reconhece como tal.

Assim como Cardoso de Oliveira, Brandão e Bourdieu, Maura Penna trata a identidade como representação e enfatiza que os esquemas de pensamento são histórica e culturalmente marcados. Ressalta ainda que existe uma complexa relação (estruturante-estruturada) entre as representações e as relações sociais.

O cap. III trata de algumas questões metodológicas. Tomando como base de análise o material jornalístico produzido em torno de Luiza Erundina de Souza, eleita para a prefeitura de S. Paulo em 15/11/88, a autora procura verificar como a identidade regional é apropriada no jogo de reconhecimento que se desenvolve na imprensa nacional, sobretudo do eixo Rio/S. Paulo, comparativamente à da Paraíba.

Num primeiro exame do material selecionado, foram revelados 3 eixos principais: o regional, o político-partidário e o de gênero. Detectaram-se também, dois discursos importantes: a) o de acusação, que reacende os preconceitos contra os nordestinos; b) o do orgulho, característico da imprensa paraibana e que tem como vetor a identidade nordestina como elemento de coesão.

No capítulo IV, a autora faz, sobretudo, uma análise conceitual da identidade. Mostra como o princípio de identidade ($A = A$) da lógica clássica, predomina até hoje no mundo ocidental e propõe uma noção substitutiva, com base na "semelhança". Assim, "a identidade social refere-se a pessoas, a indivíduos, a agentes sociais distintos que podem ser, por uma característica comum, incorporados a uma mesma classe - a dos nordestinos, por exemplo." (PENNA, 1992:152).

Concluindo seu estudo, Maura faz uma reflexão sobre Modos de Ser e "O Modo de Ser". Citando Ricoeur, afirma que qualquer conhecimento do "ser" (de si ou do outro) é uma interpretação que depende dos esquemas de percepção e classificação através dos quais se operam as identificações.

No capítulo-Conclusão, a autora traça de forma suscinta o

caminho teórico desenvolvido no seu estudo e indica que a concepção de identidade social proposta pode ser eficaz para investigar, tanto a maneira como no cotidiano são pensadas as posições sociais, quanto para a análise das (re)elaborações pessoais de representações de identidade, permitindo especialmente a articulação entre as questões de identidade e de poder.

Ana Lúcia Hazin

FONSECA SOBRINHO, Délcio da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. 203p.

Antonio Teixeira de Barros

Tendo como objetivo básico analisar a história do pensamento brasileiro a respeito da questão da natalidade, o autor detém-se nos aspectos essenciais desse tema, tais como o processo de incorporação das diversas concepções ao discurso e programas oficiais ao longo da história do País. Outro elemento relevante é a ampla contextualização do problema abordado, em níveis nacional, latino-americano e mundial, com ênfase para o papel dos Estados Unidos na difusão da prática do planejamento familiar no Terceiro Mundo.

Trata-se de uma obra que surge em um momento oportuno para discutir a questão, tendo em vista sua relação com as condições sócio-econômicas da população brasileira na atualidade. Conforme dados do IBGE, a população brasileira está 5% mais pobre do que no início da década de 80.

A abordagem inicia com os antecedentes da emergência e difusão do "pró-natalismo" no Brasil, abrangendo o período do final do século XIX até 1964. Neste contexto, o autor analisa a introdução das idéias evolucionistas no País, sobretudo as de Darwin e Malthus, bem como de pensadores brasileiros que se mostraram receptivos a tais teorias. Nina Rodrigues é um dos exemplos. Catedrático de "Medicina Pública" da Escola Tropicalista Baiana, Rodrigues defendia a tese de que a criminalidade constituía herança biológica. Daí a necessidade do controle de natalidade entre os mestiços.